

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: COMPREENDENDO SUA HISTÓRIA E DISCUTINDO SOBRE O ENSINO DA MATEMÁTICA COMO INSERÇÃO SOCIAL*

Natalia Estrela Gomes
Graduanda em Pedagogia
nataliaestrela07@gmail.com
Universidade Federal de Campina Grande

Nathalia Maria de Sousa Feitosa
Graduanda em Pedagogia/ Bolsista PIBID
nathaliafeitosasjp@gmail.com
Universidade Federal de Campina Grande

Raimunda de Fátima Neves Coêlho
Prof^a Dr^a em Medicina e Saúde – UFBA
raimunda.neves6@gmail.com
Universidade Federal de Campina Grande

RESUMO

Pretendeu-se nesse estudo compreender o processo histórico da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, para discutir práticas pedagógicas no ensino da Matemática. Questionou-se sobre: como se efetiva o ensino da Matemática no processo de evolução histórica da Educação Especial na Educação Inclusiva? Tratou-se de um estudo de natureza qualitativa, com abordagens de pesquisa bibliográfica e documental. Fundamentou-se em documentos da Secretaria de Educação Especial disponibilizados pelo MEC, estudos da Universidade Federal da Bahia – UFBA, Universidade Federal do Ceará – UFC, LDB nº9.394/96, Lei nº7.853/89, Lei nº5.692/71, Lei nº4.024/61 e Lei nº8.069/90. Destarte, a pesquisa revelou que, no processo evolutivo da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, as práticas pedagógicas no ensino da Matemática necessitam de revisão teórico-metodológica, para atender às necessidades dos estudantes e tornar suas aprendizagens exitosas. Destaca-se que, essa pesquisa poderá contribuir para melhoria da prática docente no ensino da Matemática da Educação Inclusiva.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Inclusiva. História. Ensino da Matemática.

INTRODUÇÃO

Considerando o contexto histórico da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva e o quantitativo de documentos e estudos referentes a essa temática, observou-se na literatura poucos estudos pertinentes à questão. A priori, a concepção que se tinha dos sujeitos com deficiência era de pessoas macabras, impuras, sem nenhuma serventia para quaisquer atividades que lhes fossem designadas, indignas do convívio social, à exemplo, os relatos de passagens bíblicas .

Por meio das primeiras legislações (Lei Nº4.024/61, Lei Nº 5.692/71), esses sujeitos passaram a ser denominados como pessoas *excepcionais*. Com os avanços das Políticas Nacionais, foram conquistando gradativamente os direitos que concernem às potencialidades do ser como cidadão, como a Lei nº8.069/90, Lei nº7.853/89 e a LDB nº9.394/96. Neste sentido, o presente estudo intencionou compreender a Educação Inclusiva no decorrer de sua história, os avanços e

* O referido trabalho originou-se de estudos e pesquisa resultantes de componente curricular, no curso de Pedagogia/UFCEG – do campus de Cajazeiras/PB – sob a orientação da Prof^a Dr^a Raimunda de Fátima Neves Coêlho.

retrocessos das políticas nacionais para a Educação Especial, pensando nas práticas educacionais que permeiam o ambiente escolar (ensino regular e especializado) voltadas ao ensino da Matemática. Dito isto, indagou-se: como efetiva-se o ensino da Matemática da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva?

Para tanto, inicialmente discorrer-se-á sobre o marco histórico da Educação Especial no Brasil na perspectiva da Educação Inclusiva. Em seguida, discutir-se-á sobre as Políticas Nacionais direcionadas à Educação Especial e, finalmente, sobre as práticas pedagógicas na Educação Inclusiva, especificamente, no ensino da Matemática como inserção e participação social do indivíduo na sociedade.

DO PERCURSO METODOLÓGICO

Do ponto de vista metodológico tratou-se de um estudo de natureza qualitativa, com abordagens de pesquisa bibliográfica e documental. Ressalta-se que a pesquisa em questão, enveredou pela incursão da compreensão e interpretação dos documentos e da literatura pertinentes ao tema. Conforme Minayo (2000, p. 222) ao tratar do exercício de compreensão proposto pela hermenêutica argumenta que: “o caminho da tarefa interpretativa implica diferenciar a compreensão do contexto da comunicação, da compreensão do contexto do próprio pesquisador [...]”.

Nessa direção, definiu-se como categorias de análise, a Educação Inclusiva e o ensino da Matemática. Por conseguinte, utilizou-se como referencial os estudos de Laville; Dionne (1999), para análise dessas categorias, na perspectiva do modelo aberto proposto por esses teóricos. Esse recurso metodológico possibilitou a compreensão da unidade de sentido na análise da documentação, abordada pela hermenêutica no sentido de contribuir para uma reconstrução do conhecimento.

O modelo aberto de análise de categorias abordado por Laville; Dionne (1999, p.219) trata-se de “um recurso a uma grade aberta, [...] utilizado quando o pesquisador conhece pouco a área em estudo e sente necessidade de aperfeiçoar seu conhecimento de uma situação ou de um fenômeno [...]”. Assim, nessa pesquisa realizou-se uma análise das categorias que foram definidas no decorrer do estudo. Uma vez definida a metodologia, discorrer-se-á acerca do marco histórico e respectivas Políticas Nacionais apresentadas, a seguir.

MARCO HISTÓRICO E POLÍTICAS EDUCACIONAIS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL - DA EXCLUSÃO À INCLUSÃO ESCOLAR

Na Idade Média, por volta do século XVI com a revolução burguesa e com o novo modelo de produção capitalista surgiram avanços na medicina, que aos poucos descaracterizaram a concepção de deficiência tão enfatizada nas passagens bíblicas. Destarte, o ensino regular de pessoas deficientes tornou-se responsabilidade estatal com a criação do primeiro *Instituto Nacional de Surdos-Mudos* e *Instituto para os Cegos de Nascimento*, em Paris, no período referente à Revolução Francesa. A deficiência passou a ser vista não mais como uma espécie de maldição, mas como causa natural de consequências orgânicas – *tese da organicidade* –, que poderia ser tratada por meio de astrologia, alquimia ou até, então, por magia. Essa visão a respeito da deficiência era característica marcante da medicina no século XVI.

Em meados do século XVII, o Instituto dos Meninos Cegos – atual Instituto Benjamin Constant I.B.C – criado na cidade do Rio de Janeiro como a primeira instituição brasileira, pelo próprio imperador D. Pedro II através de um Decreto Imperial nº 1.428, de 12/09/1854 tendo sido inaugurado, solenemente, no dia 17 de setembro deste mesmo ano. Esse foi efetivamente um dos primeiros passos concretos e registrados no Brasil de ações que asseguravam ao cego direito à cidadania. O segundo foi o Instituto dos Surdos Mudos instalado oficialmente em 1857, ambos criados por amigos do imperador da época.

No século XIX e início do século XX, iniciou-se uma expansão de instituições. Após a Segunda Guerra Mundial, esses institutos passaram a ser alvos de críticas a exemplo do Instituto Nacional de Educação de Surdos haja vista a ausência de caráter especificamente pedagógico. À vista disso,

Todas essas crises foram motivadas pela constatação de que os processos educativos adotados não resultavam em aprendizagem qualificada dos alunos e que redundaram nas críticas sobre as formas pelas quais a falta de audição poderia ser compensada, mas jamais sobre os processos educativos adotados sob esta ou aquela modalidade lingüística (SOARES e CARVALHO, 2012, p.18)

A Educação Especial no Brasil foi conquistada gradativamente. Marcada e caracterizada ao longo de todo contexto histórico pela exclusão e segregação no atendimento às pessoas com necessidades de atendimento educacional especial e da sociedade como todo. Desse modo,

[...] no Brasil a pessoa deficiente foi considerada por vários séculos dentro da categoria mais ampla dos ‘miseráveis’, talvez o mais pobre dos pobres... Os mais afortunados que haviam nascido em ‘berço de ouro’ ou pelo menos remediado, certamente passaram o resto de seus dias atrás dos portões e das cercas vivas das

suas grandes mansões, ou então, escondidos, voluntária ou involuntariamente, nas casas de campo ou nas fazendas de suas famílias. Essas pessoas deficientes menos pobres acabaram não significando nada em termos de vida social ou política do Brasil, permanecendo como um “peso” para suas respectivas famílias (SILVA, 1987, p. 273).

Essa realidade começa a ser revertida por meio da institucionalização das bases legais, que preconizam e asseguram os direitos das pessoas com deficiência, referendadas pelas Políticas Educacionais que passaram por diversas alterações.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 4.024 de 1961, reconhece as pessoas com tais necessidades como *excepcionais*, preconizado em seu Artigo 88 e 89,

Art. 88. A educação de excepcionais, deve, no que for possível, enquadrar-se no sistema geral de educação, a fim de integrá-los na comunidade. ([Revogado pela Lei nº 9.394, de 1996](#))

Art. 89. Toda iniciativa privada considerada eficiente pelos conselhos estaduais de educação, e relativa à educação de excepcionais, receberá dos poderes públicos tratamento especial mediante bolsas de estudo, empréstimos e subvenções. ([Revogado pela Lei nº 9.394, de 1996](#))

Entendeu-se, assim, que o processo educacional dos chamados *excepcionais* acontecia enquadrado em um sistema geral de educação, organizado para pessoas sem deficiência. A partir daí instaurou-se o sistema especial de ensino, que conjuga um processo educativo dicotômico, *inclusivo x excludente* concomitantemente, uma vez que os alunos inseridos nessa modalidade de atendimento encontravam-se à margem da educação, distantes da interação com o meio social.

A Lei nº 5.692/71, em seu Artigo 9º, estabeleceu critérios para o atendimento dos alunos *excepcionais*, no que concerne à

[...] uma atuação nacional para incremento desta linha de escolarização deve fixar-se em três pontos fundamentais: (a) o desenvolvimento de técnicas a empregar; (b) o preparo e aperfeiçoamento de pessoal e (c) a instalação e melhoria de escolas ou seções escolares especializadas nos diversos sistemas de ensino (CFE, nº 848/72).

Diante dos três pontos supracitados, observou-se que os dois primeiros estão interligados no que se refere à discussão de novas metodologias e formação de professores para o trabalho docente com os alunos *excepcionais*, nomeados, a partir de 1986 como *pessoas especiais*. Concernente às instalações escolares, consta uma responsabilidade que abrange o Ministério de Educação e Cultura no que compete à assistência de iniciativas, tais como: as condições de infraestrutura escolar, das políticas e documentos que estão referendados na perspectiva inclusiva.

Na Constituição de 1967, os artigos de nº 165 e 166, descreveram o direito indubitável aos deficientes à frequência na educação especial gratuita, à proibição de qualquer tipo de

discriminação, à acessibilidade em grandes prédios como edifícios e departamentos de serviços públicos para o ingresso no mundo do trabalho.

Com a promulgação da Constituição Federal Brasileira de 1988, a Educação Especial passa a ser entendida como um processo que tem a finalidade de desenvolver as potencialidades dos sujeitos *portadores de deficiência e necessidades especiais* em sua plenitude. No artigo 208, inciso III, o direito aos *portadores de deficiência* é assegurado de modo preferencial na rede regular de ensino. A partir de 2001 a Resolução CNE/CEB n. 02, de 2001, prevê que “os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos” efetivando a obrigatoriedade da presença de alunos com deficiência na escola pública de educação básica. Com efeito, esse suporte concedido pelas Políticas Educacionais fez-se necessário uma discussão acerca das práticas pedagógicas que permeiam o ensino em sala de aula, apresentada a seguir.

EDUCAÇÃO INCLUSIVA E O ENSINO DE MATEMÁTICA

A escola compreende um espaço de participação e desenvolvimento das potencialidades do sujeito. Tendo em vista que é preconizado no Plano Nacional de Educação um ensino de qualidade, dados estatísticos do SAEB em 2003 revelam que no ensino regular “51,6% dos alunos da 4ª série não tinham adquirido os conhecimentos matemáticos apropriados a essa faixa de escolarização e estavam em um estado ‘crítico’ ou ‘muito crítico’.” (SILVA, 2009, p.14).

O processo de inclusão nas unidades escolares carece inserir práticas que demonstrem a valorização do ensino, da formação cidadã, preparação para anos posteriores e a possibilidade de inserção no mercado de trabalho (BRASIL, 1996). Desse modo, faz-se necessário ao processo de formação docente a preparação para o ensino regular, bem como o especializado, enfatizando a flexibilidade do currículo, métodos e técnicas para o atendimento desses estudantes.

Tendo em vista o ensino da Matemática direcionado ao estudante com necessidades educacionais especiais, cabe considerar que no geral, a Matemática é considerada um componente de difícil compreensão por ser uma disciplina *elitista* e, por conseguinte *seletiva*, “nem todos podem entrar no universo matemático, muitos alunos reprovam e só alguns conseguem. [...] a relação dos alunos com o saber é uma exigência ainda mais valiosa quando se trata de ensinar e aprender uma matéria que carrega tantos preconceitos e estereótipos como a Matemática” (SILVA, 2009, p.17)

Enfim, o ensino da Matemática precisa ser ressignificado, analisando o sujeito como um ser social e singular com aspectos psicológicos no intuito de nortear e atribuir sentido aos conteúdos ensinados em sala, pensando no estudante que possui deficiência, de modo a facilitar a compreensão do que é ensinado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluiu-se que as práticas de ensino voltadas para a Educação Inclusiva necessitam ser reavaliadas constantemente para que não haja um processo dicotômico e excludente entre estudantes com e sem necessidades especiais, especialmente, quando se tratar do ensino da Matemática que precisa ter significado e relevância no tocante a aprendizagem.

Com o passar dos anos, pessoas com deficiências sofreram muitas resistências para conquistarem seus direitos enquanto cidadãos e o seu espaço na sociedade, principalmente, no âmbito escolar que consistia no tratamento diferenciado entre os alunos que recebiam o atendimento especializado e aqueles que se encontravam na sala regular de ensino, de acordo com suas peculiaridades e potencialidades.

Portanto, as Políticas Educacionais que contribuíram para a concretização de alguns avanços, precisam estar em constante avaliação, pois, quando trata-se da aprendizagem de pessoas com deficiências, faz-se necessário uma discussão contínua das práticas de ensino, para que essas não se tornem irrelevantes, em especial quando são voltadas para o ensino da Matemática nas salas de aula.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei Nº 9394, 20 de dezembro de 1996.
- LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber: Manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Trad. Heloisa Monteiro e Francisco Settineri. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento – pesquisa qualitativa em saúde**. 7ª ed. São Paulo: Hucitec, 2000
- MIRANDA, Theresinha Guimarães; FILHO, Teófilo Alves Galvão. **O professor e a educação inclusiva: formação, práticas e lugares**. UFBA, 2012 Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/.../o-professor-e-a-educacao-inclusiva.pdf>> Acesso em: 27 de abril de 2016
- SILVA, Veleida Anahí da. **Por que e para que aprender a matemática?: a relação com a matemática dos alunos de séries iniciais**. São Paulo: Cortez, 2009.
- SOARES, Maria Aparecida Leite; CARVALHO, Maria de Fátima. **O professor e o aluno com deficiência**. Coleção Educação & Saúde. São Paulo: Cortez, 2012.
- UNESCO. **Declaração de Salamanca**. Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>> Acesso em: 23 de abril de 2016.